



Campanha Salarial

Campanha Salarial: Vigilantes de S. Jerônimo (RS) rejeitam proposta patronal por unanimidade



Todos votaram pela rejeição

Na assembleia realizada em São Jerônimo, na noite de terça-feira (06), a rejeição da proposta patronal foi unânime. Com cerca de 50 vigilantes presentes, ninguém defendeu a oferta dos donos das empresas, todos votaram “não”. Estiveram presentes também o presidente Loreni Dias e a diretora Elisa Araújo, mais o apoio do sindicato na região, Eduardo Blauth.

Hoje à noite, é a vez da categoria se reunir em Camaquã, para discutir e votar a mesma proposta. A assembleia está marcada para começar às 19h30, na subsede, à Rua Cristóvão Gomes de Andrade, 919 B, Centro. A entidade patronal (Sindesp) apresentou

como proposta 2,81% de reajuste, piso salarial de R\$ 1.447,60 e R\$ 19,23 o valor do Vale Alimentação (VA).

Mais detalhes serão apresentados no local. Amanhã, quinta-feira (08), a assembleia será em Porto Alegre, sexta-feira (09) em São Luiz Gonzaga e sábado (10) em Santo Ângelo:

– Porto Alegre: dia 08, quinta-feira, com 1ª Sessão às 7h30, em primeira chamada, e 08h em segunda chamada. 2ª Sessão às 19h30 em primeira chamada e 20h em segunda chamada. Local: Sindipolo, à Avenida Júlio de Castilhos, nº 596/8º andar.

– São Luiz Gonzaga: dia 09, sexta-feira, às 19h30. Local: Sindicato da Alimentação, à Rua Rui Ramos, 1322, Centro.

– Santo Ângelo: dia 10, sábado, às 10h. Local: Sindicato dos Bancários, à Rua dos Andradas, 1161, Centro.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Patrões não vão à reunião de vigilantes e GDF remarca negociação

Rollemberg recebeu representantes da categoria, mas não houve avanço devido à ausência do Sindicato das Empresas. Greve continua



Depois da assembleia realizada no Conic, trabalhadores marcharam até o Palácio do Buriti

A reunião organizada pelo governador Rodrigo Rollemberg (PSB) para negociar o fim da greve dos vigilantes no Distrito Federal foi cancelada. O encontro estava marcado para começar às 18h30, no Palácio do Buriti, mas integrantes do Executivo local adiaram o evento devido à ausência do sindicato patronal.

Uma comissão formada por integrantes da categoria e pelo deputado Chico Vigilante (PT) chegou a entrar na sede do Executivo e ser recebida pelo governador, mas não houve avanços.

Rollemberg tentava reverter a paralisação de serviços públicos e privados devido à greve da categoria. Convidou representantes dos patrões e dos empregados para uma nova rodada de negociação, mas o Sindicato das Empresas de Segurança alegou que o chamamento foi feito em cima da hora.

“Recebi o convite por volta das 15h30, mas já tinha outro compromisso marcado para as 18h desta quarta (7). Pedimos que a

Casa Civil antecipasse a reunião, mas não foi possível. Não fomos por incompatibilidade de agenda”, afirmou o presidente da entidade, Luiz Gustavo Barra.

Os vigilantes marcharam até o Palácio do Buriti durante a tarde. Eles saíram do Conic e pararam na Praça do Buriti, para uma nova assembleia à noite. Eles decidiram manter a paralisação.

A paralisação começou na última quinta-feira (19/3). Na sexta (20), o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região tentou acordo entre as partes, sem sucesso. Depois disso, a Justiça trabalhista mandou os vigilantes voltarem às atividades, ordem que vem sendo descumprida.

A categoria reivindica aumento de 7% e manutenção de todas as cláusulas da convenção coletiva. O movimento desses trabalhadores suspendeu as visitas em hospitais públicos e fechou monumentos como a Torre de TV e o Estádio Nacional Mané Garrincha, além de bancos públicos e privados.

Carta aberta à sociedade brasiliense

Os vigilantes do Distrito Federal se constituem em uma categoria formada por homens e mulheres trabalhadores de ficha-limpa, sem antecedentes criminais.

Esta categoria faz parte da história do movimento de luta da classe trabalhadora brasileira tendo protagonizado uma greve ainda no regime militar, no ano de 1979, há quase 40 anos.

No entanto, mesmo tendo atravessado diversas oportunidades de extrema dificuldade, é nesses dias atuais que os vigilantes do DF enfrentam a situação mais difícil dessa longa e bonita trajetória.

Nesse momento, Brasília assiste ao embate entre a classe trabalhadora contra uma horda de empresários inescrupulosos cujo principal objetivo é a retirada de direitos trabalhistas conquistados há décadas.

É uma verdadeira luta de Davi contra Golias.

Dentre esses direitos consagrados para os trabalhadores brasileiros, os patrões desejam dividir o modesto auxílio alimentação da categoria, cujo valor é de R\$ 34 por dia, em duas partes iguais: uma em dinheiro e a outra a ser paga na arcaica modalidade de cestas básicas.

Os empresários estão cortando de maneira desumana o acesso dos vigilantes ao plano de saúde. Justamente em uma época em que a saúde pública na cidade enfrenta infinitos problemas na que centenas de profissionais e familiares estão nos hospitais e, em alguns casos, em UTIs.

As empresas também querem acabar com o período compreendido entre os turnos

destinados ao repouso e à alimentação dos trabalhadores, conhecido como intrajornada. Para eles, trinta minutos para almoçar e um breve descanso são suficientes para que retornem imediatamente ao trabalho.

Outra vontade dos patrões é fazer com que os vigilantes tenham de trabalhar mais tempo para receberem o adicional noturno. Eles querem ampliar de 52 minutos para 60 o quantitativo da 'hora noturna' fazendo com que o profissional trabalhe mais tempo com a mesma remuneração.

Também querem descumprir uma norma contida na CLT que obriga às empresas repassar ao sindicato os recursos advindos da mensalidade sindical.

No ano passado, as negociações para a campanha salarial se arrastaram pelo ano inteiro tendo fim somente em dezembro, com uma decisão favorável do Tribunal Regional do Trabalho. A categoria reivindica que seja mantida a decisão judicial de dezembro do ano passado e que os empresários não querem atender por pura maldade e ganância.

Esses são, em suma, os motivos desta greve dos vigilantes.

Os vigilantes do Distrito Federal pedem o apoio e a compreensão da sociedade brasiliense para não se tornarem os escravos da vida moderna.

Brasília, 7 de março de 2018.
Sindicato dos Vigilantes do Distrito
Federal

Lei Trabalhista gera incertezas e ações de inconstitucionalidade no judiciário



Mais de 12 milhões de desempregados, aumento do trabalho informal e demissões em massa. São esses os primeiros resultados dos três meses da nova lei Trabalhista que o golpista e ilegítimo Michel Temer (MDB-SP) vendeu ao país como a solução para todos os problemas da classe trabalhadora.

A argumentação dos parlamentares governistas, ao acelerar os processos internos de aprovação e votação da chamada reforma Trabalhista - Lei 13.467/17, em vigor há menos de 100 dias - era a de que, além de gerar milhares de empregos, garantiria segurança jurídica para os empresários. Essa versão, que invadiu os lares brasileiros diuturnamente nos meios de comunicação em programas populares de rádio e TV, está sendo desmentida pelos fatos.

Segundo o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho/Anamatra e juiz do Trabalho da 15ª Região, Guilherme Guimarães Feliciano, o que está acontecendo no Brasil hoje é muito semelhante ao ocorrido no México nos anos 2000: uma migração dos postos de trabalhos formais e garantidos por atividades informais, precárias e mal remuneradas.

Um dos principais motes de convencimento das entidades patronais brasileiras para aprovar essa

lei era justamente conferir segurança jurídica, diz Guilherme, lembrando que, “por isso, o texto foi aprovado sem debate, mesmo depois do relator Rogério Marinho (PSDB-RN) ter alterado mais de 100 artigos no texto que veio do poder Executivo. E, depois, [o Senado] não se mexeu em nenhuma vírgula do documento”.

“Isso tudo aconteceu em apenas quatro meses. Foi inédito!”.

Para a CUT, a principal saída para impedir o fim de tantos direitos perdidos nesse processo é a revogação da Lei. E a Central está atuando em várias frentes para anular os efeitos dessa legislação Trabalhista que não é só perversa e retrógrada, tem também vários itens inconstitucionais.

“A CUT está agindo de diversas formas para extinguir essa lei”, disse a secretária nacional de Relações do Trabalho da CUT.

Uma delas, segundo Graça, é resistir nas mesas de negociação e nas campanhas salariais de todas as categorias. Outra é o movimento que a CUT já está fazendo com a coleta de 1,3 milhão de assinaturas, para viabilizar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular que propõe a revogação da nova legislação.

“Entendemos que não tem condição de aceitar essa lei e vamos trabalhar para acumular assinaturas contrárias”, ressaltou.

Outras ações destacadas pela dirigente são: brigar na Justiça, nos tribunais de primeira instância, quando os direitos da classe trabalhadora forem desrespeitados; e denunciar nas instâncias internacionais, a exemplo do documento protocolado na Organização Internacional do Trabalho (OIT) no ano passado.

Uma das prioridades da CUT este ano é combater a Reforma Trabalhista. Resolução da Direção Executiva da CUT, reunida dia 28 de fevereiro, reafirma que a Central não medirá esforços para anular essa reforma que deteriorou as relações trabalhistas em todo o país.

A nova Lei é anticonstitucional

A pressa era tanta para aprovar a retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras que os parlamentares fizeram um acordo para aprovar a reforma do jeito que estava, independentemente das perversidades, como o caso de mulheres grávidas serem obrigadas a trabalhar em ambientes insalubres e até de inconstitucionalidades no texto da reforma. A promessa era de que depois resolveriam os problemas via Medida Provisória. Até agora, nada foi feito.

“Existia um tal acordão entre os parlamentares da situação para que, assim que a lei fosse sancionada pela presidência da República, seria encaminhada uma Medida Provisória para fazer correções porque a lei passou nas duas casas sem nenhum veto”, confirma o presidente da Anamatra.

“Acontece que ao longo dos 120 dias de vacância – período para a lei entrar em vigor – nada foi feito nem encaminhado e, somente na semana seguinte, depois que passou a valer, foi criada uma MPa para alterar a lei. Porque não veio antes?” questionou Guilherme.

O secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle, explicou que vários pontos

da nova lei são inconstitucionais e que o próprio patronato está com dificuldade para aplicá-la, o que gerou aproximadamente 18 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF).

Além das Adin’s que tramitam no STF, também o Tribunal Superior do Trabalho (TST) irá refletir sobre a aplicação desta lei, para saber se o que diz o texto é constitucional ou não.

“Essa Lei foi feita a toque de caixa, é muito mal elaborada e está provocando vários problemas para todo o mercado de trabalho, sendo que o principal é a insegurança jurídica”, destacou o dirigente.

As ações que estão sendo encampadas pelo poder Legislativo partem do Senado, cujo principal artigo do Projeto de Lei (PL) de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) é a revogação da 13.467/17, protocolado em agosto de 2017.

Também sob relatoria do senador Paim, o Estatuto do Trabalho está programado para ser apresentado agora em maio, mas assim como o PL, precisa passar pelo rito do Congresso.

Volta à barbárie

Para o deputado federal e advogado trabalhista, Wadih Damous (PT-RJ), a forma como a lei foi aprovada colocou os trabalhadores de volta ao cenário de barbárie que só existiu antes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, criada no ano de 1943.

“Essa legislação é a consagração do capitalismo selvagem no mundo do trabalho”.

O deputado reforçou que a bancada de oposição foi contundente no diagnóstico do que estaria por vir. “Pontuamos que aumentaria tudo o que já havia de ruim e pioraria: a precarização, a informalidade, o subemprego e demissões. Tudo isso já está acontecendo”, desabafou Damous.

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF